



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 1

Sumário:

Orgãos Municipais	Pg.
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL	1
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	4
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	9
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	9
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	11
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	13
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	14
SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, ESPORTE E LAZER	14
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO	15
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15
FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES	15
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS	15
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS	17
ANEXOS	22

(clique nos itens para consulta)

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL

DECRETO N. 22.912, DE 21 DE MAIO DE 2021. O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 74, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: EXONERAR, A PEDIDO, SANDRA BOENG MARTINS do Cargo em Comissão de Gerente de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 21/05/2021. Florianópolis, aos 21 de maio de 2021. GEAN MARQUES LOUREIRO PREFEITO MUNICIPAL EVERSON MENDES SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL.

DECRETO N. 22.913, DE 21 DE MAIO DE 2021. O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 74, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: NOMEAR MILENE CONCEIÇÃO CORREIA DA SILVEIRA para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 21/05/2021. Florianópolis, aos 21 de maio de 2021. GEAN MARQUES LOUREIRO PREFEITO MUNICIPAL EVERSON MENDES SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL.

DECRETO N. 22.914, DE 21 DE MAIO DE 2021. TORNA SEM EFEITO O ART. 8º DO DECRETO N. 22.683, DE 2021 E NOMEIA SERVIDORA O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, usando

da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 74 da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: Art. 1º Tornar sem efeito o art. 8º do Decreto n. 22.683, de 2021, que nomeia Viviane Marins para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Serviços, Programas e Benefícios da Secretaria Municipal de Assistência Social. Art. 2º NOMEAR JULIANA DA ROCHA PIRES para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Serviços, Programas e Benefícios da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 21/05/2021. Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 21 de maio de 2021. GEAN MARQUES LOUREIRO PREFEITO MUNICIPAL EVERSON MENDES SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL.

DECRETO N. 22.915, DE 21 DE MAIO DE 2021. O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 74, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: NOMEAR EWERTON AGENOR SARDÁ para exercer o Cargo em Comissão de Gerente Financeiro da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 21/05/2021. Florianópolis, aos 21 de maio de 2021. GEAN MARQUES LOUREIRO PREFEITO MUNICIPAL EVERSON MENDES SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL.

DECRETO N. 22.918, DE 21 DE MAIO DE 2021. DISCIPLINA O USUFRUTO DE FÉRIAS E A DESIGNAÇÃO PARA SUBSTITUIÇÃO DO TITULAR DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO OU DE FUNÇÃO GRATIFICADA NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 74, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com os termos dos arts. 32, 33 e 86 e seguintes da Lei Complementar n. 063, de 2003, DECRETA: Art. 1º Para usufruir o primeiro período aquisitivo de férias, o servidor deverá cumprir 365 dias (trezentos e sessenta e cinco) dias no exercício do cargo ocupado, que será contado a partir da data da posse ou do início do contrato, inclusive para o servidor ocupante de cargo de provimento em comissão puro, sem vínculo efetivo. Parágrafo único. O período aquisitivo corresponde aos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de exercício da função exercida pelo servidor, deverão ser também respeitados os 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de exercício em cargo para adquirir direito a férias. Art. 2º A todos os servidores fica vedado o acúmulo de mais dois períodos de férias sem usufruto, cabendo à chefia



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 2

imediatamente organizar a escala de férias e, na ausência de programação pelo servidor, determinar o período de gozo, garantindo a continuidade do serviço público e atenta à programação anual de concessão de licenças-prêmio. Parágrafo único. Excepcionalmente, para o estrito cumprimento da manutenção da prestação do serviço público, as férias adquiridas após o curso do segundo período concessivo, não acarretará conversão em pecúnia, mas será usufruída conforme organização da chefia imediata. Art. 3º O usufruto de férias do servidor terá início, obrigatoriamente, a partir do 2º dia útil do mês, de acordo com a programação da escala de férias de cada órgão ou entidade, mediante a autorização expressa da chefia imediata. Parágrafo único. A concessão de férias fica condicionada à garantia da continuidade da prestação do serviço, em atenção ao número de servidores lotados em cada órgão ou entidade do município de Florianópolis e observada a programação anual de concessão de licenças-prêmio. Art. 4º A anotação do período de férias do servidor será efetuada na programação da escala de férias, em formulário próprio, que circula trimestralmente em cada órgão ou entidade do município de Florianópolis. Parágrafo único. O servidor que não programar as suas férias dentro do período aquisitivo estará sujeito à perda do direito de escolha do período de gozo das férias, cabendo à administração pública determinar o novo período para usufruto. Art. 5º O usufruto das férias poderá ser adiado ou cancelado, impreterivelmente, até o quinto dia útil do mês anterior a data agendada para seu início, mediante requerimento justificado do servidor, formalizado por comunicação interna ou ofício, contendo autorização expressa da chefia imediata, a ser encaminhado à Gerência da Folha de Pagamento da Diretoria do Sistema de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração. Art. 6º O usufruto das férias poderá ser interrompido, a qualquer tempo no decorrer das férias, por necessidade imperiosa de serviço, mediante requerimento justificado da chefia imediata do servidor, formalizado por comunicação interna ou ofício, a ser encaminhado à Gerência da Folha de Pagamento da Diretoria do Sistema de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, após a autorização do titular da Secretaria Municipal de Administração. Parágrafo único. A interrupção das férias exige: I – o usufruto de, no mínimo, 15 (quinze) dias de férias; e II - nova marcação do período de usufruto das férias, de modo que a anotação do saldo de dias constará da própria comunicação interna ou ofício que requerer a interrupção. Art. 7º O servidor que retornar de licença e/ou afastamento não remunerados e de disposição sem ônus para o

Poder Executivo somente usufruirá férias depois de completado um novo período aquisitivo. Art. 8º A designação de servidor para substituição de titular de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada ocorrerá mediante solicitação expressa do titular do órgão ou entidade do município de Florianópolis a que pertence o cargo ou função, e após autorização do titular da Secretaria Municipal de Administração, nos casos seguintes: I - afastamento do(a) titular por licença amamentação, gestação ou para tratamento de saúde por período igual ou superior a 16 (dezesesseis) dias, para funções gratificadas de Diretor de Unidade Educativa; II - afastamento do(a) titular por licença amamentação, gestação ou para tratamento de saúde por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, para as demais funções gratificadas e cargos em comissão. §1º No caso de titular em licença amamentação, gestação ou tratamento de saúde por períodos inferiores aos descritos nos incisos I e II deste artigo, bem como para outros tipos de afastamentos, a exemplo de férias e licença prêmio, a designação de servidor para substituição depende de prévia autorização do Comitê Gestor de Governo. §2º Caso o servidor designado como substituto já exerça algum cargo em comissão ou função gratificada, passará a responder cumulativamente pelo seu cargo ou função original e pelo cargo ou função para o qual for designado, o que não poderá implicar aumento de sua remuneração, percebendo no período a remuneração da sua escolha e correspondente a apenas um dos cargos comissionados ou funções gratificadas exercidos, na forma do art. 33 da Lei Complementar n. 063, de 2003. Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo titular da Secretaria Municipal de Administração. Art. 10. Durante o período de vigência das medidas de enfrentamento ao COVID-19, deverão ser observadas, também, as normativas cabíveis, específicas sobre o tema. Art. 11. Fica revogado o Decreto n. 15.959, de 2016. Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 21 de maio de 2021. GEAN MARQUES LOUREIRO PREFEITO MUNICIPAL EVERSON MENDES SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL.

DECRETO N. 22.919, DE 21 DE MAIO DE 2021. DISPÕE SOBRE AS CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV, do Artigo 74 da Lei Orgânica Municipal. DECRETA: Art. 1º Os servidores públicos ativos e inativos da



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 3

Administração Direta e Indireta do Município de Florianópolis somente poderão sofrer descontos em sua remuneração em virtude de determinação legal ou de autorização expressa, nos termos deste Decreto. Art. 2º Considera-se, para fins deste Decreto: I – Consignatário: destinatário dos créditos resultantes das consignações; II – Consignante: órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta que procede aos descontos em favor do consignatário; III – Consignação compulsória: desconto incidente sobre a remuneração do servidor por força da lei ou mandado judicial, tais como: a) contribuições para o plano de seguridade social do servidor; b) contribuições para a previdência social; c) as decorrentes de decisões judiciais; d) imposto sobre rendimento do trabalho; e) restrições ou indenizações ao Erário; f) benefícios e auxílios prestados aos servidores municipais pela Administração Pública, previsto em lei; g) mensalidade e contribuição sindical; h) outros descontos, instituídos por lei; i) entidades de caráter recreativo, associativo e cultural. IV – Consignação facultativa: desconto incidente sobre a remuneração do servidor a seu pedido, tais como: a) Contribuição em favor de entidades sindicais e de associações de classe, nos termos do art. 8º da Constituição Federal; b) Contribuição em favor de cooperativas; c) Prestação de compra de imóvel residencial em favor de entidade financeira; d) Amortização de empréstimos pessoais e financiamentos, concedidos pelas instituições financeiras públicas ou privadas autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil; e) Amortização de empréstimos rotativos mediante cartões de crédito e/ou débito, por instituições financeiras autorizada pelo Banco Central do Brasil; f) Pagamento em favor de pessoas jurídicas que oferecem produtos e serviços contratados pelos servidores, quando conveniadas com o Município. Art. 3º A habilitação e o credenciamento dos consignatários serão feitos na Secretaria Municipal de Administração. Parágrafo Único. Cada consignatário terá um código de processamento. Art. 4º Poderão ser consignatários, para fins e efeitos deste Decreto: I – As associações, sindicatos e entidades de classe constituídas pelos servidores, de acordo com a legislação aplicável; II – Instituições financeiras públicas ou privadas autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil; III – As associações, clubes e entidades de caráter recreativo ou cultural; IV – As cooperativas, constituídas de acordo com a Lei n. 5764, de 1971; V – Pessoas jurídicas que ofereçam produtos ou serviços de interesse dos servidores. Art. 5º A soma das consignações compulsórias com as facultativas de cada servidor não excederá, mensalmente, a

50% (cinquenta por cento) da remuneração bruta, assim considerada a totalidade dos pagamentos que ordinariamente lhe são feitos, excluindo-se os de caráter extraordinário ou eventual. §1º As consignações compulsórias têm prioridade sobre as facultativas. §2º As consignações facultativas deverão obedecer aos seguintes limites: I - 5% (cinco por cento) da remuneração bruta do servidor, exclusivamente para empréstimos rotativos mediante cartão de crédito; II - 30% (trinta por cento) da remuneração bruta do servidor, para as demais consignações facultativas. III - 10% (dez por cento) da remuneração bruta do servidor destinados exclusivamente para cartão benefício consignado que consistirão em quantias devidas em razão das operações para o financiamento da contratação de bens e serviços, inclusive creditícios, saque emergencial e financeiro, através de cartão (sem anuidade, sem taxa de adesão e bandeirado) que vise apoiar, facilitar e fomentar a aquisição de bens e serviços no comércio, pelos empregados e pelos servidores públicos ativos e inativos. §3º Os compromissos financeiros decorrentes da utilização do cartão benefício consignado para apoiar e facilitar a aquisição de bens e serviços no comércio previsto no art. 5º, §2º, inciso III, serão distribuídos na proporção de 50% (cinquenta por cento) da sua respectiva margem de consignação para utilização em compras no comércio e 50% (cinquenta por cento) para o financiamento de despesas decorrentes de serviços creditícios, saque emergencial e financeiros contratados por meio do referido cartão. Art. 6º As amortizações de empréstimos pessoais e financiamentos, inclusive realizados por intermédio de cartões de crédito, poderão ser efetuadas em até: I - 120 (cento e vinte) parcelas mensais sucessivas para novas operações; e II - 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas para operações de renegociação. Art. 7º A autorização prévia para as operações consignadas em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas da Administração Direta e Indireta do Município de Florianópolis poderá ser obtida por meios físicos, eletrônicos, e por mecanismos de telecomunicação, gravação de voz ou por meios digitais que garantam o sigilo dos dados cadastrais, bem como a segurança e a comprovação da aceitação da operação realizada pelo interessado. Art. 8º Para efeito de aplicação dos limites fixados no art. 5º deste Decreto, o Consignante, em caso de extrapolação dos mesmos, suspenderá o desconto relativo às consignações facultativas menos prioritárias, assim consideradas: I - amortização de empréstimos/financiamentos inclusive realizado por intermédio de cartões de



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 4

benefício ou de crédito concedidos aos servidores públicos ao amparo de convênios celebrados com instituições financeiras; II - contribuição para associações de classe dos servidores; III - contribuição para entidades, clubes e associações de caráter recreativo ou cultural; IV - contribuição a favor de cooperativa, constituída de acordo com a Lei Federal n. 5.764, de 1971; V - contribuição para previdência complementar ou renda mensal; VI - contribuição para planos de saúde; VII - contribuição para planos de pecúlio; VIII - contribuição para seguro de vida; IX - amortização de financiamento de imóveis residenciais em favor de instituição financeira. Art. 9º As quantias descontadas em folha de pagamento serão repassadas ao consignatário até o quinto dia do mês de competência do pagamento dos servidores, observada a data do efetivo desconto. Art. 10. A consignação em folha de pagamento não implica responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária assumidos pelo servidor junto ao consignatário. Art. 11. A constatação de consignação processada em desacordo com o disposto neste Decreto, que caracterize a utilização ilegal da folha de pagamento dos servidores públicos, impõe ao dirigente do respectivo órgão o dever de suspender a consignação irregular e comunicar o fato à autoridade competente, para os fins de direito. Art. 12. A consignação facultativa pode ser cancelada: I – mediante pedido escrito do consignatário; II – mediante pedido escrito de servidor ativo, aposentado ou pensionista; III - por interesse da Administração. Art. 13. Se a folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pedido já tiver sido processada, a cessação dos descontos somente será feita no mês subsequente, sem que, desse fato, decorra qualquer responsabilidade para a Administração. Art. 14. O pedido de consignação facultativa presume o pleno conhecimento das disposições deste Decreto e aceitação das mesmas pelo consignatário e pelo servidor ativo, aposentado ou pensionista. Art. 15. O Chefe do Poder Executivo estabelecerá em Ato próprio o procedimento de credenciamento dos consignatários, bem como a documentação necessária para habilitação do credenciado. Art. 16. Em caso de revogação total ou parcial desse Decreto, ou a introdução de qualquer ato administrativo que suspenda ou impeça o registro de novas consignações referentes a empréstimos pessoais, as consignações já registradas serão mantidas e os recursos transferidos para os consignatários até a liquidação total dos referidos empréstimos. Art. 17. O Chefe do Poder Executivo solucionará os casos omissos, por meio de ato

específico. Art. 18. Fica revogado o Decreto n. 17.944, de 11 de setembro de 2017. Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 21 de maio de 2021. GEAN MARQUES LOUREIRO PREFEITO MUNICIPAL EVERSON MENDES SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL.

DECRETO N. 22.920, DE 21 DE MAIO DE 2021. DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PARA FISCALIZAÇÃO DOS BOXES DO MERCADO PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV, do art. 74 da Lei Orgânica Municipal. RESOLVE: Art. 1º Designar os membros para compor a comissão para fiscalização dos boxes do mercado público do município de Florianópolis, conforme segue: I – Representantes da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico: a) Anderson Carlos Santos de Abreu, matrícula n. 25853-9, (Presidente); b) Andréa Vieira, matrícula n. 08533-2; c) Fernanda Santos Amorim, matrícula n. 28792-0. II – Representantes da Secretaria Municipal de Segurança Pública: a) Marcelo da Silva, matrícula n. 56569-5; b) Graceli Cristina Coelho Pauli, matrícula n. 11575-4; c) Manuela Cavalazzi, matrícula n. 45782-5. III – Representante da Secretaria Municipal de Saúde: a) Luiza Moritz Age Tokarewicz, matrícula n. 23217-3. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 21 de maio de 2021. GEAN MARQUES LOUREIRO PREFEITO MUNICIPAL EVERSON MENDES SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 00917/2021, DE 21 MAIO DE 2021. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.359/2013 e, nos termos da Lei Complementar nº 706/2021, resolve: Art. 1º CONSIDERAR DISPENSADO, a partir de 02 de maio de 2021, da designação concedida por intermédio da Portaria de Designação de FG nº 00706/2021, o servidor MARCELO MAFRA POVOAS, matrícula nº 05948-0, da função gratificada de Chefe de Divisão de Obras, padrão FG-2, na(o) Secretaria Municipal do Continente e Assuntos Metropolitanos. Art 2º CONSIDERAR DESIGNADO o servidor MARCOS ROBERTO ALEXANDRE, matrícula nº 34378-1, para responder pelo exercício da função gratificada de Chefe de Divisão de Obras, padrão FG-2, na(o) Secretaria Municipal do



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 5

Continente e Assuntos Metropolitanos, a partir de 02 de maio de 2021. RONALDO BRITO FREIRE Secretário Municipal da Administração.

PORTARIA Nº 00918/2021, DE 21 DE MAIO DE 2021. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.359/2013, nos termos da Lei Complementar nº 706/2021, resolve CONSIDERAR DESIGNADO o servidor MARCELO MAFRA POVOAS, matrícula nº 05948-0, para responder pelo exercício da função gratificada de Chefe de Departamento de Fiscalização, padrão FG-1, na(o) Secretaria Municipal do Continente e Assuntos Metropolitanos, a partir de 02 de maio de 2021. RONALDO BRITO FREIRE, Secretário Municipal da Administração.

PORTARIA Nº 00919/2021, DE 21 MAIO DE 2021. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.359/2013 e, nos termos da Lei Complementar nº 706/2021, resolve: Art. 1º CONSIDERAR DISPENSADO, a partir de 02 de maio de 2021, da designação concedida por intermédio da Portaria de Designação de FG nº 00706/2021, o servidor CARLOS ALBERTO MACHADO, matrícula nº 14511-4, da função gratificada de Coordenador, padrão FG-3, na(o) Secretaria Municipal do Continente e Assuntos Metropolitanos. Art 2º CONSIDERAR DESIGNADO o servidor DAVI ANTONIO DIONISIO, matrícula nº 08242-2, para responder pelo exercício da função gratificada de Coordenador, padrão FG-3, na(o) Secretaria Municipal do Continente e Assuntos Metropolitanos, a partir de 05 de maio de 2021. RONALDO BRITO FREIRE Secretário Municipal da Administração.

PORTARIA Nº 00920/2021, DE 21 MAIO DE 2021. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.359/2013 e, nos termos da Lei Complementar nº 706/2021, resolve: Art. 1º CONSIDERAR DISPENSADO, a partir de 02 de maio de 2021, da designação concedida por intermédio da Portaria de Designação de FG nº 00706/2021, o servidor JAISSON JOSE VIEIRA, matrícula nº 08234-1, da função gratificada de Chefe de Divisão de Fiscalização de Serviços Públicos, padrão FG-2, na(o) Secretaria Municipal do Continente e Assuntos Metropolitanos. Art 2º CONSIDERAR DESIGNADO o servidor LUIZ ANTONIO DOS SANTOS, matrícula nº 06896-9, para responder pelo exercício da função gratificada de Chefe de Divisão de Fiscalização de Serviços Públicos, padrão FG-2, na(o) Secretaria Municipal do Continente e

Assuntos Metropolitanos, a partir de 02 de maio de 2021. RONALDO BRITO FREIRE Secretário Municipal da Administração.

PORTARIA Nº 00921/2021, DE 21 MAIO DE 2021. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.359/2013 e, nos termos da Lei Complementar nº 706/2021, resolve: Art. 1º CONSIDERAR DISPENSADO, a partir de 08 de março de 2021, da designação concedida por intermédio da Portaria de Designação de FG nº 00706/2021, o servidor IVAN MARIO DA SILVEIRA, matrícula nº 16191-8, da função gratificada de Coordenador de Unidade Local de Saúde - Uls Ratores, padrão FG-ULS, na(o) Secretaria Municipal de Saúde. Art 2º CONSIDERAR DESIGNADA a servidora FLAVIANE SILVEIRA FIALHO, matrícula nº 26680-9, para responder pelo exercício da função gratificada de Coordenador de Unidade Local de Saúde - Uls Ratores, padrão FG-ULS, na(o) Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07 de abril de 2021. RONALDO BRITO FREIRE Secretário Municipal da Administração.

PORTARIA Nº 00934/2021, DE 21 DE MAIO DE 2021. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.359/2013 e, nos termos da Lei Complementar nº 706/2021, resolve DISPENSAR, a partir de 21 de maio de 2021, da designação concedida por intermédio da Portaria de Designação de FG nº 00706/2021, a servidora MAGDA REGINA REBELATO RAMPAZZO, matrícula nº 22843-5, da função gratificada de Chefe de Departamento, padrão FG-1, na(o) Secretaria Municipal de Assistência Social. RONALDO BRITO FREIRE, Secretário Municipal da Administração.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 299/SMA/2021 - Objeto: contratação de empresa para serviços de confecção de carimbos e chaves, manutenção e troca de fechaduras e troca de segredo de porta. **Modalidade de Licitação:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 547/SMA/DSLC/2020; **Contratada:** MEIRIELLEN PATRÍCIA MARQUES DA SILVA - ME; **Valor:** O valor global estimado da presente ATA é de R\$ 123.322,67 (cento e vinte e três mil, trezentos e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos); **Vigência:** O prazo de vigência da presente ATA será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva ATA, não podendo ser prorrogada; **Dotação:**

Órgão / Orçamento	Projeto / Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
Instituto de Previdência de	4.941	3.3.90.39.00	475



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 6

Florianópolis - IPREF			
Secretaria Municipal de Saúde	2.627	3.3.90.39.00	82
Secretaria Municipal da Fazenda	4.911	3.3.90.30.00	80
Secretaria Municipal do Continente e Assuntos Metropolitanos	2.022	3.3.90.30.00	80
Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico	2.621	3.3.90.30.00	80
Autarquia de Melhoramentos da Capital - Comcap	2.921	3.3.90.30.00	80
Procuradoria Geral do Município	2.601	3.3.90.39.00	80
Secretaria Municipal de Transparência, Auditoria e Controle	4.945	3.3.90.39.00	80
Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor	2.090	3.3.90.30.00	80
Secretaria Municipal de Infraestrutura	2.380	3.3.90.39.00	80
Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis	2.025	3.3.90.30.00	80
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude	4.944	3.3.90.39.00	80
Secretaria Municipal de Mobilidade e Planejamento Urbano	2.498	3.3.90.30.00	80
Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes	2.605	3.3.90.39.00	80
Fundação Municipal do Meio Ambiente - FLORAM	2.590	3.3.90.30.00	80/40
Secretaria Municipal da Administração	2.005	3.3.90.39.00	80

Data de Assinatura: 12/05/2021; **Nome das partes que assinaram:** Secretaria Municipal de Administração, o Sr. Ronaldo Brito Freire, e pela empresa a Sra. Meiriellen Patrícia Marques da Silva.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 020/SMA/2014 – PMF X RAFAEL EUCLIDES DAMASCO - ME. **Objeto:** O Preâmbulo do presente Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação: “(...) Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o Município de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.282/0011-15, com sede na Rua Padre Roma, nº 482, 3º andar, Centro, Florianópolis / SC,

representada pelo Secretário o Sr. Juliano Richter Pires, inscrito no CPF sob o nº 015.586.789-05, a partir de agora, denominada simplesmente CONCEDENTE, (...)”. Com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Complementar nº 706 de 27 de janeiro de 2021 em seu art. 64, inciso XVII, no Parecer nº 039/2021/SMA/ASSJUD da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Administração e na CI nº 47/SMA/DSGA/2021. **Número e Modalidade da Licitação:** Concorrência nº 518/2013; **Data das Assinaturas:** 30/03/2021; **Nome das partes que assinaram:** Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, o Sr. Juliano Richter Pires, e pela empresa, o Sr. Rafael Euclides Damasco.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 694/SMA/2013 – PMF X FRANCISCO MARTINIANO JACQUES. **Objeto:** O Preâmbulo do presente Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação: “(...) Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o Município de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.282/0011-15, com sede na Rua Padre Roma, nº 482 - 3º andar, Bairro Centro, Florianópolis / SC, representada pelo seu Secretário o Sr. Juliano Richter Pires, inscrito no CPF sob o nº 015.586.789-05, a partir de agora, denominada simplesmente CONCEDENTE, (...)”. Com fundamento no art. 58, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Complementar nº 706 de 27 de janeiro de 2021 em seu art. 64, inciso XVII, no Parecer nº 115/2021/SMA/ASSJUD da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Administração e na CI nº 47/SMA/DSGA/2021. **Número e Modalidade da Licitação:** Concorrência nº 095/2011; **Data das Assinaturas:** 06/04/2021; **Nome das partes que assinaram:** Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, o Sr. Juliano Richter Pires, e pela empresa, o Sr. Francisco Carlos Jacques.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 617/SMA/2013 – PMF X APP COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME. **Objeto:** O Preâmbulo do presente Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação: “(...) Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o Município de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.282/0011-15, com sede na Rua Padre Roma, nº 482 - 3º andar, Bairro Centro, Florianópolis / SC, representada pelo seu



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 7

Secretário o Sr. Juliano Richter Pires, inscrito no CPF sob o nº 015.586.789-05, a partir de agora, denominada simplesmente CONCEDENTE, (...).” Com fundamento no art. 58, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Complementar nº 706 de 27 de janeiro de 2021 em seu art. 64, inciso XVII, no Parecer nº 076/2021/SMA/ASSJUD da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Administração e na CI nº 47/SMA/DSGA/2021. **Número e Modalidade da Licitação:** Concorrência nº 095/2011; **Data das Assinaturas:** 06/04/2021; **Nome das partes que assinaram:** Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, o Sr. Juliano Richter Pires, e pela empresa, o Sr. Claudiomir Bruno Rampazzo.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 602/SMA/2013 – PMF X RENATO ANDRINO MANOEL DOS SANTOS - ME. Objeto: O Preâmbulo do presente Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação: “(...) Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o Município de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.282/0011-15, com sede na Rua Padre Roma, nº 482 - 3º andar, Bairro Centro, Florianópolis / SC, representada pelo seu Secretário o Sr. Juliano Richter Pires, inscrito no CPF sob o nº 015.586.789-05, a partir de agora, denominada simplesmente CONCEDENTE, (...).” Com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Complementar nº 706 de 27 de janeiro de 2021 em seu art. 64, inciso XVII, no Parecer nº 063/2021/SMA/ASSJUD da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Administração e na CI nº 47/SMA/DSGA/2021. **Número e Modalidade da Licitação:** Concorrência nº 095/2011; **Data das Assinaturas:** 06/04/2021; **Nome das partes que assinaram:** Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, o Sr. Juliano Richter Pires, e pela empresa, Sr. Renato Andrino Manoel dos Santos.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 601/SMA/2013 – PMF X WGE COMÉRCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA - ME. Objeto: O Preâmbulo do presente Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação: “(...) Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o Município de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.282/0011-15, com sede na Rua Padre Roma, nº 482 - 3º andar, Bairro Centro,

Florianópolis / SC, representada pelo seu Secretário o Sr. Juliano Richter Pires, inscrito no CPF sob o nº 015.586.789-05, a partir de agora, denominada simplesmente CONCEDENTE, (...).” Com fundamento no art. 58, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Complementar nº 706 de 27 de janeiro de 2021 em seu art. 64, inciso XVII, no Parecer nº 062/2021/SMA/ASSJUD da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Administração e na CI nº 47/SMA/DSGA/2021. **Número e Modalidade da Licitação:** Concorrência nº 095/2011; **Data das Assinaturas:** 06/04/2021; **Nome das partes que assinaram:** Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, o Sr. Juliano Richter Pires, e pela empresa, o procurador Sr. Pedro Alberto Elias.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 601/SMA/2013 – PMF X WGE COMÉRCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA - ME. Objeto: O Preâmbulo do presente Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação: “(...) Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o Município de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.282/0011-15, com sede na Rua Padre Roma, nº 482 - 3º andar, Bairro Centro, Florianópolis / SC, representada pelo seu Secretário o Sr. Juliano Richter Pires, inscrito no CPF sob o nº 015.586.789-05, a partir de agora, denominada simplesmente CONCEDENTE, (...).” Com fundamento no art. 58, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Complementar nº 706 de 27 de janeiro de 2021 em seu art. 64, inciso XVII, no Parecer nº 062/2021/SMA/ASSJUD da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Administração e na CI nº 47/SMA/DSGA/2021. **Número e Modalidade da Licitação:** Concorrência nº 095/2011; **Data das Assinaturas:** 06/04/2021; **Nome das partes que assinaram:** Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, o Sr. Juliano Richter Pires, e pela empresa, o procurador Sr. Pedro Alberto Elias.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 655/SMA/2013 – PMF X ARI CARLOS RACHADEL - ME. Objeto: O Preâmbulo do presente Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação: “(...) Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o Município de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.282/0011-15, com sede na Rua Padre



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 8

Roma, nº 482 - 3º andar, Bairro Centro, Florianópolis / SC, representada pelo seu Secretário o Sr. Juliano Richter Pires, inscrito no CPF sob o nº 015.586.789-05, a partir de agora, denominada simplesmente CONCEDENTE, (...).". Com fundamento no art. 58, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Complementar nº 706 de 27 de janeiro de 2021 em seu art. 64, inciso XVII, no Parecer nº 097/2021/SMA/ASSJUD da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Administração e na CI nº 47/SMA/DSGA/2021. **Número e Modalidade da Licitação:** Concorrência nº 095/2011; **Data das Assinaturas:** 06/04/2021; **Nome das partes que assinaram:** Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, o Sr. Juliano Richter Pires, e pela empresa, o Sr. Ari Carlos Rachadel.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 015/SMA/2014 – PMF X DANIELA CRISTINA ALEXANDRE. **Objeto:** O Preâmbulo do presente Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação: "(...). Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o Município de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.282/0011-15, com sede na Rua Padre Roma, nº 482, 3º andar, Centro, Florianópolis / SC, representada pelo Secretário o Sr. Juliano Richter Pires, inscrito no CPF sob o nº 015.586.789-05, a partir de agora, denominada simplesmente CONCEDENTE, (...).". Com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Complementar nº 706 de 27 de janeiro de 2021 em seu art. 64, inciso XVII, no Parecer nº 039/2021/SMA/ASSJUD da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Administração e na CI nº 47/SMA/DSGA/2021. **Número e Modalidade da Licitação:** Concorrência nº 518/2013; **Data das Assinaturas:** 30/03/2021; **Nome das partes que assinaram:** Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, o Sr. Juliano Richter Pires, e pela empresa, a Sra. Daniela Cristina Alexandre.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 016/SMA/2014 – PMF X APPLEBERRY COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA - ME. **Objeto:** O Preâmbulo do presente Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação: "(...). Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o Município de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.282/0011-15, com sede na Rua Padre Roma, nº 482, 3º andar, Centro, Florianópolis / SC,

representada pelo Secretário o Sr. Juliano Richter Pires, inscrito no CPF sob o nº 015.586.789-05, a partir de agora, denominada simplesmente CONCEDENTE, (...).". Com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Complementar nº 706 de 27 de janeiro de 2021 em seu art. 64, inciso XVII, no Parecer nº 039/2021/SMA/ASSJUD da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Administração e na CI nº 47/SMA/DSGA/2021. **Número e Modalidade da Licitação:** Concorrência nº 518/2013; **Data das Assinaturas:** 30/03/2021; **Nome das partes que assinaram:** Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, o Sr. Juliano Richter Pires, e pela empresa, o Sr. Pedro de Queiroz Cordova Santos.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 019/SMA/2014 – PMF X BENTA CÂNDIDO AGUIAR - ME. **Objeto:** O Preâmbulo do presente Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação: "(...). Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o Município de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.282/0011-15, com sede na Rua Padre Roma, nº 482, 3º andar, Centro, Florianópolis / SC, representada pelo Secretário o Sr. Juliano Richter Pires, inscrito no CPF sob o nº 015.586.789-05, a partir de agora, denominada simplesmente CONCEDENTE, (...).". Com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Complementar nº 706 de 27 de janeiro de 2021 em seu art. 64, inciso XVII, no Parecer nº 039/2021/SMA/ASSJUD da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Administração e na CI nº 47/SMA/DSGA/2021. **Número e Modalidade da Licitação:** Concorrência nº 518/2013; **Data das Assinaturas:** 30/03/2021; **Nome das partes que assinaram:** Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, o Sr. Juliano Richter Pires, e pela empresa, a Sra. Benta Cândido Aguiar.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 027/SMA/2014 – PMF X ANTONIA LUIZA ELIAS - ME. **Objeto:** O Preâmbulo do presente Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação: "(...). Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o Município de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.282/0011-15, com sede na Rua Padre Roma, nº 482, 3º andar, Centro, Florianópolis / SC, representada pelo Secretário o Sr. Juliano Richter Pires, inscrito no CPF sob o nº 015.586.789-05, a



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 9

partir de agora, denominada simplesmente **CONCEDENTE**, (...).” Com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Complementar nº 706 de 27 de janeiro de 2021 em seu art. 64, inciso XVII, no Parecer nº 039/2021/SMA/ASSJUD da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Administração e na CI nº 47/SMA/DSGA/2021. **Número e Modalidade da Licitação:** Concorrência n.º 518/2013; **Data das Assinaturas:** 30/03/2021; **Nome das partes que assinaram:** Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, o Sr. Juliano Richter Pires, e pela empresa, o procurador Sr. Valmir Alberto Elias.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 182/SMA/DSLC/2021 - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de logística de armazenamento e gestão de almoxarifado, considerando o recebimento, armazenamento e distribuição para os órgãos do Município de Florianópolis, obedecendo todas as normas legais necessárias para a execução dos serviços. **Contratado:** Branet Gestão de Logística em Saúde Ltda. - CNPJ 02.630.826/0001-60. **Vigência do contrato:** O contato terá vigência inicial de 90 (noventa) dias ininterruptos, podendo ser prorrogado até o limite de 180 (cento e oitenta) dias. **Valor mensal contrato:** R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais). **Fundamento legal:** do art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições, com base na Lei Municipal nº. 6.700/2005, e em conformidade com o Parágrafo Quarto, do Artigo 9º e Parágrafo Único, do Artigo 48, ambos da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04 de maio de 2000 – LRF faz saber a quem interessar que irá realizar Audiência Pública com o objetivo de: **DEMONSTRAR E DISCUTIR A ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2022** Data: 15/06/2021 Horário: 14 horas Local: Plataforma Online Youtube Considerando a necessidade de manter as medidas de prevenção e combate ao contágio do COVID-19, e as determinações das autoridades em saúde pública para evitar aglomerações, a apresentação da audiência pública será transmitida excepcionalmente de forma virtual e estará disponível na Plataforma On-line no Youtube. O link e o material da audiência serão disponibilizados previamente e ficarão disponíveis

no site da Prefeitura Municipal de Florianópolis. As contribuições, dúvidas e demais manifestações sobre o conteúdo da apresentação deverão ser encaminhadas para o e-mail: diorc.sf@pmf.sc.gov.br. Assim, ficam convidados todos os munícipes a assistirem a apresentação desta Audiência. Florianópolis (SC), 17 de maio de 2021. Gean Marques Loureiro Prefeito Municipal

COMUNICADO REFERENTE AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL PARA DEMONSTRAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2021. Por motivos de força maior o Município de Florianópolis por meio da Secretaria Municipal da Fazenda no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 82 da Lei Orgânica do Município, considerando a situação da pandemia da COVID-19, e da confirmação da contaminação de alguns servidores do setor de Contabilidade, informa que fica suspensa a audiência pública virtual, agendada para a próxima sexta feira, dia 28/05/2021, referente à demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º trimestre de 2021. Tão logo o estado de saúde dos servidores seja restabelecido a nova data será previamente divulgada. Florianópolis, 20 de maio de 2021. **CONSTÂNCIO ALBERTO SALLES MACIEL** SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00283/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº 52/2013. **RESOLVE: DESIGNAR** a servidora **CAMILA LEONCIO MODESTO**, matrícula Nº 56771-0, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, no Programa de Saúde da Família, a partir de 14/05/2021. Florianópolis, 14 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00284/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº 52/2013. **RESOLVE: DESIGNAR** a servidora **RAQUEL MUNIZ NASCIMENTO RODRIGUES**, matrícula Nº 56781-7, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, no Programa de Saúde da Família, a partir de 14/05/2021. Florianópolis, 14 de maio



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 10

de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00285/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº 52/2013. RESOLVE: **DESIGNAR** a servidora **PATRICIA DE OLIVEIRA M DE MACHADO**, matrícula Nº 56780-9, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, no Programa de Saúde da Família, a partir de 14/05/2021. Florianópolis, 14 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00286/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 a Portaria SSDS/GAB/Nº 084/2005, Portaria/SS/GAB/Nº 243/2009, Portaria/SS/GAB/Nº 257/2007 e a Portaria/SS/GAB/Nº 117/2008: RESOLVE: **TORNAR SEM EFEITO** a Portaria/SS/GSB/PSF, Nº00281/2021, que designa o servidor **alejandro martin brenna**, matrícula Nº 56755-8, ocupante do cargo de MEDICO- PROGRAMA MAIS MEDICOS, no Programa de Saúde da Família, a partir de 11/05/2021. Florianópolis, 14 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00287/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº 52/2013. RESOLVE: **DESIGNAR** a servidora **ELIZETE ELI FRUTUOSO**, matrícula Nº 56777-9, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, no Programa de Saúde da Família, a partir de 14/05/2021. Florianópolis, 17 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00288/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº 52/2013. RESOLVE: **DESIGNAR** o servidor **ANDERSON ADALBERTO DA ROCHA**, matrícula Nº 56785-0, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, no Programa de Saúde da Família, a partir de 14/05/2021. Florianópolis, 17 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00289/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº

52/2013. RESOLVE: **DESIGNAR** a servidora **mirian danieli p do amaral anzorena**, matrícula Nº 56796-5, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, no Programa de Saúde da Família, a partir de 14/05/2021. Florianópolis, 17 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00290/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº 52/2013. RESOLVE: **DESIGNAR** a servidora **THAIS GUIMARAES GIGLIO**, matrícula Nº 56788-4, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, no Programa de Saúde da Família, a partir de 14/05/2021. Florianópolis, 17 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00291/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº 52/2013. RESOLVE: **DESIGNAR** a servidora **RAQUEL FABIANE MOURA**, matrícula Nº 56793-0, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, no Programa de Saúde da Família, a partir de 14/05/2021. Florianópolis, 17 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00292/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº 52/2013. RESOLVE: **DESIGNAR** o servidor **THIAGO DA SILVA QUADROS**, matrícula Nº 56790-6, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, no Programa de Saúde da Família, a partir de 14/05/2021. Florianópolis, 17 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00293/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº 52/2013. RESOLVE: **DESIGNAR** a servidora **CAMILA DALCOL**, matrícula Nº 56799-0, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, no Programa de Saúde da Família, a partir de 14/05/2021. Florianópolis, 17 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00294/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 11

52/2013. **RESOLVE: DESIGNAR** a servidora **ROSEMARY SOARES**, matrícula Nº 56797-3, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, no Programa de Saúde da Família, a partir de 14/05/2021. Florianópolis, 17 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00296/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº 52/2013. **RESOLVE: DESIGNAR** a servidora **ALDREA PEREIRA DA SILVA**, matrícula Nº 56823-6, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, no Programa de Saúde da Família, a partir de 20/05/2021. Florianópolis, 19 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00297/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº 52/2013. **RESOLVE: DESIGNAR** a servidora **THAISE DANIELLE DA CONCEICAO**, matrícula Nº 56803-1, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, no Programa de Saúde da Família, a partir de 20/05/2021. Florianópolis, 19 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00298/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº 52/2013. **RESOLVE: DESIGNAR** a servidora **AMANDA DE SOUSA BARBOZA**, matrícula Nº 56802-3, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, no Programa de Saúde da Família, a partir de 20/05/2021. Florianópolis, 19 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/PSF/Nº 00299/2021 O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições e, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5344/98, o Decreto nº 441/98 e a Portaria SMS/GAB/Nº 52/2013. **RESOLVE: DESIGNAR** a servidora **CRISTIANE HEPP DA SILVA**, matrícula Nº 56731-0, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, no Programa de Saúde da Família, a partir de 07/05/2021. Florianópolis, 19 de maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto Municipal de Saúde.

PORTARIA/SS/GAB/GEMO Nº 00295/2021 O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe a Lei

Complementar nº358/2009 e o Decreto nº 8563/2010 **RESOLVE: DESIGNAR** a servidora **NAIARA TALITA GUIMARAES ARANHA**, matrícula nº 56798-1, ocupante do cargo de MEDICO, na Gratificação de Especialidade Médica e Odontológica, na opção de 20 horas, a partir de 14/05/2021. Florianópolis, 17 de Maio de 2021. Luciano Formighieri – Secretário Adjunto de Saúde.

TERMO DE REVOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 94/SMA/DSLC/2021. A Secretaria Municipal de Saúde resolve revogar a Inexigibilidade de Licitação em epígrafe, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município nº. 2900, página 06, de 10 de março de 2021, com fulcro no art. 49 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas razões expostas no processo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA ALT Nº 00455/21 - O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve: Artigo 1º alterar a partir de 18/12/2021, a Portaria nº ADS 00130/20 de 04/02/2020 de **Elaine Cristina da Silva**, matrícula nº 50950-7 para atuar no(a) Neim Orlandina Cordeiro (343206), referente ao período que passa a ser de 10/02/2020 a 30/06/2021 por estar em estabilidade gestacional. Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário. Florianópolis, 19 de maio de 2021. MAURICIO FERNANDES PEREIRA - Secretário Municipal de Educação.

PORTARIA CEF Nº 00578/21 - O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve: Artigo 1º Cessar os efeitos, a partir de 25/05/2021, da Portaria nº LAP 00017/19 de 31/05/2019, de **Thiago Ribeiro Alves**, matrícula nº 32847-2, lotado no(a) Ebm Costa Dentro (344220) por retificação. Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário. Florianópolis, 19 de maio de 2021. MAURICIO FERNANDES PEREIRA - Secretário Municipal de Educação.

PORTARIA CEF Nº 00579/21 - O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve: Artigo 1º Cessar os efeitos, a partir de 25/05/2021, da Portaria nº LAP 00018/19 de 31/05/2019, de **Thiago Ribeiro Alves**, matrícula nº 32847-2, lotado no(a) Ebm Lupercio B da Silva (344225) por retificação. Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 12

revogando-se as disposições em contrário. Florianópolis, 19 de maio de 2021. MAURICIO FERNANDES PEREIRA - Secretário Municipal de Educação.

PORTARIA CEF Nº 00580/21 - O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve: Artigo 1º Cessar os efeitos, a partir de 03/05/2021, da Portaria nº DES 00262/21 de 05/02/2021, que designou Lucia Mielevski, matrícula nº 33452-9, lotada no(a) Diretoria de Gestão Escolar (341000), para Neim Idalina Ochoa (343236) por alteração do motivo da vaga. Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário. Florianópolis, 19 de maio de 2021. MAURICIO FERNANDES PEREIRA - Secretário Municipal de Educação.

PORTARIA DES Nº 00738/21 - O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve: Artigo 1º Designar a servidora **Lucia Mielevski**, matrícula nº 33452-9, Auxiliar de Sala (0816), lotada no(a) Diretoria de Gestão Escolar (341000), para atuar no(a) Neim Idalina Ochoa (343236) com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 03/05/2021 a 17/12/2021, para ocupar uma classe-vaga .. Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário. Florianópolis, 19 de maio de 2021. MAURICIO FERNANDES PEREIRA - Secretário Municipal de Educação.

EXTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 174/EDUC/BID/2021 – LICITAÇÕES-E BANCO DO BRASIL Nº 868577/2021 - A Prefeitura Municipal de Florianópolis/Secretaria Municipal de Educação, por intermediação da Pregoeira Oficial do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, designada pela Portaria nº 2075/2020, de 1º de outubro de 2020, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade de pregão eletrônico, do tipo menor preço por lote, envio de lances: modo de disputa aberto e fechado, em conformidade com a legislação nacional. Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de computadores e notebooks para atender a Rede Municipal de Educação de Florianópolis, conforme detalhamento no termo de referência em anexo. Fonte: recurso 160/BID. Data/hora limite para inserir proposta: de 24 de maio de 2021, às 08h até 03 de junho de 2021, às 13h45min. Data de abertura da sessão: 03 de junho de 2021, às 14h. Endereço eletrônico: <http://www.licitacoese.com.br/aop/index.jsp>. Alexandra Turnes Clasen - Pregoeira.

EXTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 199/EDUC/BID/2021 – LICITAÇÕES-E BANCO DO BRASIL Nº 873284/2021 - A Prefeitura Municipal de Florianópolis/Secretaria Municipal de Educação, por intermediação da Pregoeira Oficial do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, designada pela Portaria nº 2075/2020, de 1º de outubro de 2020, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade de pregão eletrônico, do tipo menor preço por lote, envio de lances: modo de disputa aberto e fechado, em conformidade com a legislação nacional. Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de salas de aula modulares itinerantes, a serem instaladas nas unidades educativas da Rede Municipal de Educação de Florianópolis, conforme detalhamento no termo de referência em anexo. Fonte: recurso 160/BID. Data/hora limite para inserir proposta: de 24 de maio de 2021, às 08h até 02 de junho de 2021, às 13h45min. Data de abertura da sessão: 02 de junho de 2021, às 14h. Endereço eletrônico: <http://www.licitacoese.com.br/aop/index.jsp>. Alexandra Turnes Clasen - Pregoeira.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 422/SME/2019 – PMF X EMPRESA SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI; Objeto: A Cláusula Quinta do Contrato original continua subsistindo em todos os seus termos e condições, renovando o presente Contrato, com o prazo que continua por tempo determinado, passando a fluir de 30 de julho de 2021 e término em 31 de dezembro de 2021, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, no Parecer nº 1445/2021/SME/ASSJUD/SUBSIJUD/PGM da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Educação, no Ofício OF. DIOP nº. 217/2021/SME/PMF e na Deliberação nº 0516/2021 do Comitê Gestor de Governo, partes integrantes deste Termo Aditivo. O prazo renovado de que consta nesta Cláusula, fica suspenso para computo de aplicação de reajuste e reequilíbrio. O Preâmbulo do presente Contrato passa a vigorar com a seguinte redação: “TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI. Pelo presente instrumento de um lado o Município de Florianópolis por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.282/0009-09 situado à Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 5º andar, Centro, Florianópolis/SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário Sr. Maurício



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 13

Fernandes Pereira, inscrito no CPF sob o nº 887.563.279-00, e o SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI, inscrito no CNPJ sob o nº 03.777.341/0026-14, com sede à Rua Farroupilha, nº 150, Campinas, São José/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Geferson Luiz dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 023.784.299-83,(...)" ; **Número e Modalidade da Licitação:** Pregão Presencial nº 202/SMA/DSLC/2019; **Data de Assinaturas:** 14/05/2021; **Nome das partes que assinaram:** Secretaria Municipal de Educação, o Sr. Mauricio Fernandes Pereira, e pela empresa, o Sr. Geferson Luiz dos Santos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO 788 DE 11 DE MAIO DE 2021 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Florianópolis, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com o edital de chamamento público número 001/FMDCA/2021 – Edital de Chancela e deliberação da reunião Plenária Ordinária de 11 de maio de 2021, e **CONSIDERANDO:** Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 modificada pela Lei 13.204 de 14 de dezembro de 2015 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento; O disposto no Art. 84, parágrafo único, inciso I da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, modificada pela Lei 13.204 de 14 de dezembro de 2015, que estabelece que os convênios firmados entre entes federados são regidos pelo art. 116 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Municipal nº 7.855, de 22 de abril de 2009, que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e sobre a revogação dos Art. 4º e 5º da lei nº 6134 de 2002 e das leis nº 3.794 de 1992 e 6.565 de 2004; O Plano de Aplicação CMDCA/FMDCA para o ano de 2017, aprovado pela Resolução CMDCA nº 625 de 22 de setembro de 2016. Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA, que dispõe

sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, em especial o seu artigo 17. Resolução CMDCA nº 678, de 12 de setembro de 2017, que dispõe sobre os parâmetros de funcionamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis e dá outras providências **RESOLVE: Art. 1º.** Definir os integrantes que irão compor a Comissão de Análise das propostas referente ao Edital de chamamento público nº 001/FMDCA/2021– Edital de Chancela. I – Os integrantes como Conselheiros governamentais: **Edelvan Jesus da Conceição (SEMAS), Karine Quint Rachadel (SME); Luciana Prazeres (SMS);** II - Os integrantes como Conselheiros governamentais: Alexandra Silva (APAE); **Katia Regina Madeira (Marista); Fabio Hartmann (CCPEN);** III - Os integrantes na condição de colaboradores: **Magda R. Rebelato Rampazzo (SEMAS), Rodrigo Lisboa (SEMAS).** **Art. 2º.** Deverá a Comissão de Análise do Edital de Chamamento Público 001/FMDCA/2021 emitir parecer individual para cada uma das propostas de projetos apresentados, com base nos critérios estabelecidos no Edital, aprovando-as ou não. **Parágrafo Único.** No caso da não aprovação da proposta de projeto apresentada, deverá a Comissão de Análise do Edital de Chamamento Público 001/FMDCA/2021 apresentar no respectivo Parecer, de forma detalhada e fundamentada, os motivos da negativa. **Art. 3º** Os efeitos desta resolução cessarão após publicação final das propostas selecionadas, nos termos do Edital. **Art. 4º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Florianópolis - SC, 20 de maio de 2021. **Edelvan Jesus da Conceição**– Presidente do CMDCA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 532/SEMAS/2020 – PMF X WR – TELECOMUNICAÇÕES LTDA – EPP. Objeto: A Cláusula quinta do Contrato original continua subsistindo em todos os seus termos e condições, renovando-se o seu prazo que continua por tempo determinado, com início em 24 de junho de 2021 e término em 31 de dezembro de 2021, com fundamento do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, do Parecer nº 010/SEMAS/ASSJUR/2021 da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Assistência Social e na Deliberação nº 0523/2021 do Comitê Gestor de Governo e no Ofício nº OE 451/SEMAS/GAB/2021, partes integrantes deste aditivo. O prazo renovação de que consta nesta Cláusula, fica suspenso para computo de aplicação de reajuste e reequilíbrio; **Número e Modalidade**



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 14

da Licitação: Pregão Eletrônico nº 984/SMA/DSLC/2019; **Data de Assinaturas:** 11/05/2020; **Nome das partes que assinaram:** Secretária Municipal de Assistência Social, a Sra. Maria Cláudia Goulart da Silva, e pela empresa, o Sr. Nivaldo Rozendo de Oliveira.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 209/SMA/DSLC/2021 - Objeto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços de transferência direta de benefício de auxílio emergencial regional para famílias desassistidas, auxiliando na sobrevivência e reconstrução da autonomia no período de pandemia do Coronavírus, conforme regulamentação da Lei Municipal nº 10.777/2021. **Instituição:** Caixa Econômica Federal – CEF. CNPJ 00.360.305/0001-04. **Remuneração à Contratada:** Pela prestação dos serviços, a Caixa Econômica Federal – CEF fará jus ao recebimento do valor unitário de R\$ 3,05 (três reais e cinco centavos), por crédito efetivado na Conta Social Digital. **Vigência do contrato:** O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que o estado de pandemia continue. **Fundamento legal:** art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 413/SMPDU/2019 – PMF X CRESTANI COMÉRCIO EIRELI – ME. Objeto: A Cláusula Sexta do Contrato original continua subsistindo em todos os seus termos e condições, renovando o presente Contrato, com o prazo que continua por tempo determinado, com início em 21 de junho de 2021 e término em 20 de junho de 2022, com fundamento no inciso II, do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, no Parecer nº 060/003/2021 -SMDU/GAB/ASSJUR da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, na Deliberação nº 0664/2021 do Comitê Gestor de Governo e no Ofício OE nº 80/SMDU/DG/GAF/2021, partes integrantes deste Termo Aditivo. O prazo renovado de que consta nesta Cláusula, fica suspenso para computo de aplicação de reajuste e reequilíbrio; **Número e Modalidade da Licitação:** Tomada de Preços nº 871/SMA/DSLC/2018; **Data das Assinaturas:** 13/05/2021; **Nome das partes que assinaram:** Pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano: o Sr. Nelson Gomes Mattos Júnior e pela empresa: o Sr. Anderson José Crestani.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 301/SMDU/2020; Objeto: contratação de empresa para serviços de confecção de carimbos e chaves, manutenção e troca de fechaduras e troca de segredo de porta. **Número e Modalidade da Licitação:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 547/SMA/DSLC/2020; **Contratada:** MEIRIELLEN PATRÍCIA MARQUES DA SILVA - ME. **Valor:** O valor global estimado da presente ATA é de R\$ 3.730,00 (três mil, setecentos e trinta reais); **Vigência:** O prazo de vigência da presente ATA será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva ATA, não podendo ser prorrogada; **Dotação:** Projeto/Atividade: 2.332; Elemento de Despesa: 3.3.90.39 e na Fonte de Recursos: 080. **Data de Assinaturas:** 12/05/2021; **Nome das partes que assinaram:** Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano: Nelson Gomes Mattos Junior, e pela empresa: a Sra. Meiriellen Patrícia Marques da Silva.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, ESPORTE E LAZER

PORTARIA N. 05/SMCEL/GAB/2021 - O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER, no uso das atribuições que lhe são conferidas, o art. 8º, III, da Lei n. 706/2021 c/c inciso I, do art. 82 da Lei Orgânica do Município de Florianópolis. RESOLVE: Art. 1º. Autorizar o Servidor: Marcelo Jose de Melo, matrícula nº 55857-5, CPF nº [658.448.749-00](#), CNH nº 00942218142; lotado na Secretária de Cultura, Esporte e Lazer, a conduzir todos os veículos oficiais a serviços da SMCEL e para os quais o autorizado é devidamente habilitado. Art. 2º. A responsabilidade administrativa, civil e penal, em casos de infrações de trânsito, colisões, lesões corporais ou mesmo óbitos decorrentes do objeto desta portaria, ficará a cargo do servidor. Art. 3º. A autorização para conduzir os veículos oficiais descritos no art. 1º, restringe-se exclusivamente para as finalidades profissionais e institucionais da Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes e Fundação Municipal de Esportes. Art. 4º. A presente autorização possui prazo de vigência até 31 de dezembro de 2021. Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Florianópolis, 20 de maio de 2021. EDMILSON C. PEREIRA JR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 178/SMA/DSLC/2021 – Objeto: Registro de Preços para contratação de



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 15

empresa especializada no fornecimento de equipamentos de sonorização para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude da Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC. **Dia 04 de junho de 2021, às 16h.** **Endereço eletrônico:** <http://wbc.pmf.sc.gov.br>. **O Pregoeiro.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/SMA/DSLC/2021 – Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva de elevador na Passarela Nego Quirido. **Dia 04 de junho de 2021, às 15h.** **Endereço eletrônico:** <http://wbc.pmf.sc.gov.br>. **O Pregoeiro.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO

PORTARIA N. 038/2021 - O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO, no uso das suas atribuições que lhe conferem o art. 61 e inciso I do art. 82 da Lei Orgânica do Município de Florianópolis, RESOLVE
Art. 1º. SUBSTITUIR o servidor BRENO VILHALBA PAMPLONA com a matrícula 48878-0 pelo servidor GUILHERME ARPINI BALVEDI com a matrícula 49427-5, no art. 3º da PORTARIA Nº 022/2021, que cria uma comissão técnica de acompanhamento dos contratos nº 208/SMMPU/2021 e 462/SMMU/2014 com 08(oito) membros titulares.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. MICHEL DE ANDRADO MITTMANN - Secretário Municipal de Mobilidade e Planejamento Urbano

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/SMA/DSLC/2021 – Objeto: Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de fornecimento de solução integrada de controle e gestão de frequência dos servidores públicos da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis/SC. **Dia 04 de junho de 2021, às 17h.** **Endereço eletrônico:** <http://wbc.pmf.sc.gov.br>. **O Pregoeiro.**

REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO: RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 192/FMS/2021. Publicado no Diário Oficial do Município em 15 de março de 2021, Edição nº 2903. ONDE SE LÊ: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

192/FMS/2021; LEIA-SE: EXTRATO DO CONTRATO Nº 192/FMS/2021.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/SMA/DSLC/2021 – Objeto: Registro de Preços para aquisição de preservativos e insumos derivados, para atendimento das necessidades das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC. **Dia 04 de junho de 2021, às 10h.** **Endereço eletrônico:** <http://wbc.pmf.sc.gov.br>. **O Pregoeiro.**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES

PORTARIA 3/FCFFC/LICLEI/2021 – Republica-se por incorreção a Portaria 1/FCFFC/LICLEI/2021, publicado no DOEM Nº 2944 de 14/05/2021. ONDE SE LÊ: A Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, por seu Superintendente, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal de Incentivo à Cultura – Lei nº 3.659/91, RESOLVE: Art. 1º tornar público a CAPTAÇÃO dos projetos culturais contemplados na Lei nº 3659/91 - Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 12 de maio de 2021. Edmilson Carlos Pereira Junior – Secretário de Cultura, Esporte e Lazer. Fábio Murilo Botelho – Superintendente da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes - FCFFC. **LEIA-SE:** A Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, por seu Superintendente, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal de Incentivo à Cultura – Lei nº 3.659/91, RESOLVE: Art. 1º tornar público a CAPTAÇÃO dos projetos culturais contemplados na Lei nº 3659/91 - Lei Municipal de Incentivo à Cultura. **(ANEXO AO FINAL DA EDIÇÃO).** Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, **20 de maio de 2021.** Edmilson Pereira Junior – Secretário de Cultura, Esporte e Lazer. Fábio Murilo Botelho – Superintendente da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes - FCFFC.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS

PORTARIA Nº 0171/2021 O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS - IPREF, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 86, Inciso I, alínea “i” da Lei Complementar 706/2021 e considerando o que



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 16

consta no Processo nº 001693/2021 e com base no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41 de 31 de dezembro de 2003 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70 de 29/03/2012, ainda com base no art. 54, Inciso I da Lei Complementar 349 de 27/01/2009. RESOLVE: Art. 1º Aposentar por invalidez permanente, a servidora MARIA LUIZA RIBEIRO BARROSO DA COSTA LIMA, matrícula 12432-0, ocupante do cargo de Professor III, Classe I, Referência 06, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 97,60% (noventa e sete virgula sessenta por cento), calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, na forma da lei, composto de: Vencimento do Cargo, 27 (vinte e sete) Anuênios à 2% (dois por cento) e Gratificação Regência de Classe – Lei Complementar 615/17 a 10% (dez por cento), sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos. Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/04/2021. Florianópolis, 06 de Maio de 2021. ALECSANDRO DE SOUZA BARRETO Chefe de Benefícios LUÍS FABIANO DE ARAUJO GIANNINI Superintendente

PORTARIA Nº 0172/2021 O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS - IPREF, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 86, Inciso I, alínea “i” da Lei Complementar 706/2021 e considerando o que consta no Processo nº 001694/2021 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafos 3º e 17 da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41 de 31 de dezembro de 2003 e art. 54, Inciso I, parágrafo 8º da Lei Complementar 349 de 27/01/2009. RESOLVE: Art. 1º Aposentar por invalidez permanente, a servidora MARGARETE MARIA DA SILVEIRA, matrícula 21104-4, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, Classe N, Nível 02, Referência A, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 50,50% (cinquenta virgula cinquenta por cento), calculados pela média dos salários de contribuição limitados a última remuneração, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social. Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/04/2021. Florianópolis, 05 de Maio de 2021. ALECSANDRO DE SOUZA BARRETO Chefe de Benefícios LUÍS FABIANO DE ARAUJO GIANNINI Superintendente

PORTARIA Nº 00175/2021 O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS - IPREF, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 86, Inciso I, alínea

“i” da Lei Complementar 706/2021 e considerando o que consta no Processo nº 001696/2021 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafos 3º e 17 da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41 de 31 de dezembro de 2003 e art. 54, Inciso II da Lei Complementar 349 de 27/01/2009. RESOLVE: Art. 1º Aposentar por invalidez permanente, a servidora ANDREIA MARIA FERNANDES MORA, matrícula 21160-5, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, Classe N, Nível 02, Referência B, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, calculados pela média dos salários de contribuição limitados à última remuneração, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social. Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/04/2021. Florianópolis, 30 de abril de 2021. ALECSANDRO DE SOUZA BARRETO Chefe de Benefícios LUÍS FABIANO DE ARAUJO GIANNINI Superintendente

PORTARIA Nº 00192/2021 O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS - IPREF, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 86, inciso I, alínea “i” da Lei Complementar 706/2021 e considerando o que consta no processo nº 002624/2020 e com base no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e no artigo 59 da Lei Complementar 349/2009. RESOLVE: Art. 1º Aposentar por tempo de contribuição e idade a servidora LEIDA APARECIDA CABRAL SANTOS, matrícula 10322-5, ocupante do cargo de Professor Auxiliar IV, Classe F, Referência 08, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais que corresponderão à última remuneração da servidora, na forma da lei, composto de: Vencimento do Cargo, Dedicção Exclusiva – Lei 7338/07 c/c Lei 7776/08 e 25 (vinte e cinco) Anuênios à 2% (dois por cento), sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade. Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 15/05/2021. Florianópolis, 12 de maio de 2021. ALECSANDRO DE SOUZA BARRETO Chefe de Benefícios LUÍS FABIANO DE ARAUJO GIANNINI Superintendente

PORTARIA Nº 00195/2021 O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS - IPREF, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 86, inciso I, alínea “i” da Lei Complementar 706/2021 e considerando o que consta no processo nº 004114/2020 e com base no artigo 3º da Emenda Constitucional nº



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 17

47/2005 e no artigo 59 da Lei Complementar 349/2009. RESOLVE: Art. 1º Aposentar por tempo de contribuição e idade a servidora DAYSE MARY CAETANO, matrícula 08004-7, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, Classe N, Nível 01, Referência I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais que corresponderão à última remuneração da servidora, na forma da lei, composto de: Vencimento do Cargo, Diferença de Enquadramento – Lei Complementar 554/16 – quinquênio/triênio, 03 (três) Quinquênio à 5% (cinco por cento), 05 (cinco) Triênios à 3% (três por cento), Gratificação de Jornada – Lei 5298/98 e Lei 6871/05 e Diferença de Enquadramento – Lei Complementar 554/16, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade. Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos à contar de 16/05/2021. Florianópolis, 03 de maio de 2021. ALECSANDRO DE SOUZA BARRETO Chefe de Benefícios LUÍS FABIANO DE ARAUJO GIANNINI Superintendente

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Referência: Projeto de Lei 18.221, de 2021 Autor: Prefeito Municipal Gean Marques Loureiro - Relator: Vereador Jeferson Backer - Ementa: Plano Plurianual do Município de Florianópolis para o quadriênio 2022-2025. PARECER FINAL Objetivo: O Projeto de Lei, objeto deste parecer, que se encontra nesta Comissão, na forma regimental, tendo como autor o Chefe do Executivo Municipal, tem por objetivo dispor sobre O Plano Plurianual do Município de Florianópolis para o quadriênio 2022-2025. Em obediência ao disposto nos arts. 87 e 88, da Lei Orgânica, o Senhor Prefeito Municipal, enviou a este Poder Legislativo o Projeto de Lei, que aqui recebeu o n. 18.221, de 2021, e que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Florianópolis para o quadriênio 2022-2025. Nos termos do Regimento Interno, a proposição foi distribuída para o exame da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, encaminhada para a análise dos aspectos de sua competência. Agora, na qualidade de relator venho exarar parecer favorável sobre a proposição. **Introdução:** O Plano Plurianual (PPA) regula os programas governamentais de média duração (quatro anos), ou seja, aqueles programas que tenham existência superior a um exercício financeiro. Como obras, ações, ou mesmo projetos de governo desenvolvidos em um intervalo de tempo superior

a um ano. O plano plurianual, objetiva responder a essa necessidade, visando assegurar o planejamento e a transparência por meio de uma disciplina legal de regulamentação. O dispositivo constitucional que trata do PPA define duas modalidades de despesas que devem obrigatoriamente estar previstas no plano. A primeira é relativa às despesas de capital e a segunda é a dos programas de duração continuada, ou seja, todos aqueles que tenham a sua duração prolongada por mais de um exercício financeiro. Dentro da ideia de planejamento financeiro, o plano plurianual qualifica este planejamento na medida em que ordenada as estruturas de todos os planos e programas. Pode-se afirmar que o plano plurianual é modalidade de planejamento criado para promover o desenvolvimento econômico e o equilíbrio entre as diversas regiões do Município.

Análise: No processo de elaboração do Plano Plurianual do Município de Florianópolis para o quadriênio 2022-2025, conforme disposto na mensagem encaminhada pelo executivo, levaram-se em consideração os dados mais atualizados e uma visão mais integrada possível das mudanças recentes na economia local. Além disso, somou o conhecimento dos gestores públicos, servidores e especialistas. Com relação a metodologia utilizada para a previsão das receitas para o quadriênio 2022 – 2025, foi baseada no modelo de média móvel ajustada. Esse modelo utiliza a média de arrecadação dos últimos três exercícios e no valor fixado para 2021, levando em conta o comportamento das diferentes fontes de recursos, corrigido por parâmetros de preço, legislação, as mudanças na alíquota ou na base de cálculo de receitas, tarifas públicas e receitas tributárias, decorrentes de ajustes na legislação ou nos contratos públicos. Esse modelo utiliza a média da série histórica de arrecadação, o que facilita os cálculos das previsões futuras de receitas, e possibilita a comparação e evolução, pois demonstra o comportamento da arrecadação de uma determinada receita ao longo dos meses e anos anteriores. A previsão de evolução de 2021 para 2025 é de 14,27% de crescimento. Portanto, o orçamento estimado para o Plano Plurianual 2022/2025 é de R\$ 10,6 bilhões. A proposta do atual governo prevê a aplicação de recursos em valor superior a R\$ 1,7 bilhões para a Saúde, e R\$ 2,3 bilhões para Educação. O valor destinado na peça, por Programa:

101 - "Saúde"	1.703.824.226,00
102 - "Educação"	2.308.617.510,00
103 - "Segurança Pública"	148.107.557,00



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 18

104 - "Promoção Social, Direitos Humanos e Cidadania"	310.097.382,00
105 - "Cultura"	62.181.579,00
106 - "Esporte e Lazer"	21.449.081,00
107 - "Mobilidade Urbana"	1.180.926.085,00
108 - "Saneamento Básico, Lixo Zero e Meio Ambiente"	1.105.317.244,00
110 - "Turismo e Eventos"	61.216.278,00
111 - "Incentivo ao Desenvolvimento Econômico"	15.145.183,00
112- "Tecnologia"	4.127.352,00
113 - "Qualificação Da Gestão "	3.399.017.451,00
114 - "Processo Legislativo"	309.189.100,00

Na mensagem também são destacados os objetivos principais da proposta, organizados em 03 eixos e 13 programas, que resumem: elevação da qualidade do ensino na rede oficial de educação, reforço da segurança pública; inclusão social via aceleração da economia com ênfase no desenvolvimento regional, na proteção socioambiental e na geração de empregos. Quanto ao desempenho das finanças públicas do município, o projeto aponta o esforço de ajuste fiscal que o município vem fazendo desde 2017, sem prejuízo de programas e projetos importantes para o desenvolvimento de Florianópolis. Portanto, nos aspectos que nos cabe analisar, não foi observado obstáculos à aprovação do projeto de lei. **Das emendas apresentadas pelos vereadores:** Com relação às emendas oferecidas pelos senhores parlamentares, identificamos um excesso de emendas de remanejamento/ alterações orçamentárias entre ações e programas, porém, o PPA é algo mais amplo, é um instrumento que aponta as grandes prioridades regionais para um período de quatro anos; é a base de orientação de duas outras leis, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que fixam anualmente percentuais, valores, programas e ações relativas aos investimentos e à arrecadação do Município de Florianópolis. Apesar das detalhadas justificativas, tecnicamente as emendas estão, em maioria, apresentadas de forma incompleta. Conforme portaria interministerial 163, para remanejamentos e suplementações faz-se necessário apresentar os elementos de despesa

a serem suplementados, bem como, as despesas de redução. Conforme trata o art. 3º da referida portaria: "A classificação da despesa, segundo a sua natureza, compõe-se de: I – categoria econômica; II - grupo de natureza da despesa; III - elemento de despesa". Diante do exposto passo a justificar, mesmo que repetidamente, as emendas individualmente: 1. Vereador Marcos José de Abreu – Marquito: 1.1 Emenda Aditiva: Adição do Programa de Governo 115 "Programa Bem Viver e Bem Nascer – Implantação do Centro de Parto Normal". Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: O Programa é uma estratégia de intervenção definida pelo executivo conforme decreto n. 22.563, que visa atingir um resultado de modo mais eficiente e eficaz para alcançar os objetivos do atual Governo para os próximos 4 anos. A emenda poderá retornar a pauta na Lei Orçamentária Anual. 1.2 Emenda Aditiva: Adição do Programa de governo 116 "Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional". Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Da mesma forma, o Programa é uma estratégia de intervenção definida pelo executivo conforme decreto n. 22.563, que visa atingir um resultado de modo mais eficiente e eficaz para alcançar os objetivos de Governo. A emenda poderá retornar a pauta na Lei Orçamentária Anual. 2. Vereadora Manoella Vieira da Silva – Manu: 2.1 Emenda Aditiva: "Fica Criado o Fundo de Manutenção de Serv. e Atividades Essenciais (FUMSAES)..." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Verifica-se inconstitucionalidade, pois o Fundo não pode estar vinculado a uma Unidade Gestora, ele é constituído como uma entidade própria (CNPJ). A criação acarreta em mais despesas ao Município sendo que para sua gestão é necessário disponibilizar os sistemas: de Contabilidade, Orçamentário e Financeiro, além de pessoal técnico; como Contador para assinatura dos balanços. Também não foi apontado pela vereadora o valor de criação, as rubricas de despesas orçamentárias e principalmente de onde será feita a redução. Outro fator conflitante é que as despesas vinculadas a este fundo não contarão para o limite Constitucional da Educação e Saúde. 3. Vereador Dalmo Meneses: 3.1 Emenda Aditiva: "Construção de uma Praça Pública no Distrito do Rio Vermelho" Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Na ação 7.218 constante no PPA, já está previsto a Construção, ampliação e reforma de praças. Também não foi apontado o exercício da execução, a fonte de recurso, nem de onde será feita a redução para atender esta emenda. Esta emenda poderá ser apresentada na Lei Orçamentária Anual. 4. Vereadora Tania Maria Ramos: 4.1 Emenda Aditiva: adiciona ação "Observatório Municipal de



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 19

Políticas de Inclusão da Diversidade e Combate ao Preconceito" Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Tecnicamente incorreta, pois não apresenta a Unidade Gestora para inclusão, os valores detalhados por exercício, rubrica orçamentária e tão pouco foi apontada a despesa de redução para a devida inclusão da ação. 4.2 Emenda Aditiva: adiciona ação "Casa de Acolhimento da Mulher Vitima de Violência" Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Da mesma forma, a emenda não apresenta a Unidade Gestora para inclusão, nem os valores detalhados por exercício, rubricas orçamentárias e tão pouco foi apontada a despesa de redução para a devida inclusão. 5. Vereadora Carla Ayres: 5.1 Emenda Aditiva: "Programa Wi-Fi Social" Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada a rubrica orçamentária conforme determina a Portaria Interministerial 163. Esta emenda é matéria da Lei Orçamentária Anual. 5.2 Emenda Aditiva: "Programa Capacitação Tecnológica da Juventude" Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada a(s) rubrica(s) orçamentária(s) conforme Portaria Interministerial 163. Esta emenda é matéria da Lei Orçamentária Anual. 5.3 Emenda Aditiva: "Programa de Ensino de Programação nas Escolas Públicas" Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: não foi apresentada a(s) rubrica(s) orçamentária(s) conforme Portaria Interministerial 163. Esta emenda é matéria da Lei Orçamentária Anual. 5.4 Emenda Aditiva: "Construção da Casa de Passagem Indígena" Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: A Ação informada não se refere a unidade gestora indicada para redução. Também não foi apresentada a rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163. A emenda apresentada é objeto de discussão judicial, então o entendimento é que se deva aguardar até a definição ou sentença. No orçamento do município possui previsão para atendimento de sentenças judiciais. 5.5 Emenda Aditiva: "Construção do Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante" Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: não foi apresentada a rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163. Outro ponto a ser destacado é que o SUAS prevê em seu art. 3º, alguns princípios organizativos: Universalidade - para que todos tenham direito à proteção e assistência social que deve ser prestada a quem dela necessitar, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação da sua condição vexatória. Gratuidade, Integralidade da proteção social e Intersetorialidade - respeitando as diversidades regionais, culturais e territoriais. Dessa forma, entende-se que a Secretaria de

Assistência Social por meio de suas ações, já alocadas no orçamento, atende essa parcela da população em conformidade a legislação federal, utilizando-se de sua estrutura existente. 5.6 Emenda Aditiva: "Construção da Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua" Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada a(s) rubrica(s) orçamentária(s) conforme Portaria Interministerial 163. Também não foi identificado o ano para a execução (meta física). A Secretaria de Assistência Social por meio de suas ações nos orçamentos anuais contempla o atendimento a essa parcela da população em sua estrutura já existente. Esta emenda é matéria para Lei Orçamentária Anual. 5.7 Emenda Aditiva: "Fica alterada a meta financeira das ações 2985, 4907,4952, 6666,8033 e 8102" Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Esta emenda é matéria para Lei Orçamentária Anual. Não foi apresentada rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163. 5.8 Emenda Aditiva: "Fica alterada a meta financeira das ações de diversas entidades e programas." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163, para redução. Todas as alterações propostas são matéria para apresentação na elaboração da Lei Orçamentária Anual. 5.9 Emenda Aditiva: "Programa de Retomada Econômica da Cultura." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163, para redução. O Programa 105 – Cultura prevê para o quadriênio. 5.10 Emenda Aditiva: "Programa Municipal de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163, para redução. Esta emenda é matéria da Lei Orçamentária Anual. 5.11 Emenda Aditiva: "Programa de Redução de Risco e Requalificação Urbana..." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163. Esta emenda é matéria da Lei Orçamentária Anual. 5.12 Emenda Aditiva: "Programa de Gestão por Indicadores..." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163. Esta emenda é matéria da Lei Orçamentária Anual. 5.13 Emenda aditiva: "Fica Alterada meta financeira Programa de Capacitação de Servidor" Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163. Esta emenda é matéria da Lei Orçamentária Anual. 5.14 Emenda



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 20

aditiva: "Fica Criado Programa Diversidade nas Escolas..." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163. Esta emenda é matéria da Lei Orçamentária Anual. 5.15 Emenda Aditiva: "Fica Criado o art. 11A ao PL n. 18.221, de 2021..." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: A matéria deverá ser apresentada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, pois é nela que se reúnem e se definem os detalhes sobre o uso dos recursos públicos. 6. Vereadoras Carla Ayres, Cintia Moura Mendonça, Maryanne Mattos e Tania Maria Ramos: 6.1 Emenda Aditiva: Programa de Erradicação da Pobreza Menstrual." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163. Esta emenda é matéria para inclusão na Lei Orçamentária Anual. 7. Vereador Afranio Tadeu Boppré: 7.1 Emenda Modificativa: "Altera a Redação do art. 3º." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: A emenda apresentada não contribui no contexto do PL. 7.2 Emenda Aditiva "Acrescenta o item VII Pandemia e seus efeitos ao eixo I." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: O Programa é uma estratégia de intervenção definida pelo executivo conforme decreto n. 22.563, que visa atingir um resultado de modo mais eficiente e eficaz para alcançar os objetivos de Governo para os próximos 4 anos. No PPA constam ações previstas já com essa finalidade. 7.3 Emenda Aditiva "Acrescenta o item IX Regularização Fundiária ao eixo 4" Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: O PPA está dividido em 3 eixos estratégicos. Além disso os Programas são uma estratégias de intervenção definidas pelo executivo conforme consta no decreto n. 22.563, que visa atingir um resultado de modo mais eficiente e eficaz para alcançar os objetivos de Governo. 7.4 Emenda Modificativa: Altera a redação do §2º do art. 15 que passa a vigorar" Fica o poder executivo autorizado a promover, por meio de projeto de lei, alterações em atributos dos programas do PPA 2022-2025, desde que não modifiquem sua essência e objetivem sanear incorreções" Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: A emenda não traz benefício algum ao municio, pelo contrário, tem o intuito de travar a máquina pública, gerando prejuízos e atrasos na execução orçamentária e nas eventuais necessidades de ajustes, o que pode impactar em diversas áreas como saúde, educação, mobilidade, assistência social... 8. Vereador Maikon Costa: 8.1 Emenda aditiva: "Ficam Desmembradas e Remanejadas as verbas em relatórios e resumos receitas por fonte ação 1156.... Cria ação cliclovias e ciclofaixas e afins" Conclusão: inadmissibilidade.

Justificativa: Não foi apresentada rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163, também não identifica o exercício do quadriênio, a meta financeira anual e não menciona a fonte de recurso. Esta emenda é matéria para Lei Orçamentária Anual. 8.2 Emenda Modificativa: "Ficam Desmembradas e Remanejadas as verbas em relatórios e resumos ação 8030." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163, não identifica o exercício do quadriênio e a meta financeira anual. 8.3 Emenda Modificativa: "Ficam Desmembradas e Remanejadas as verbas em relatórios e resumos ação 2498." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163, não identifica o exercício do quadriênio e a meta financeira anual. 8.4 Emenda modificativa: "Ficam Desmembradas e Remanejadas as verbas em relatórios e resumos ação 4282." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163, não identifica o exercício do quadriênio e a meta financeira anual. 8.5 Emenda Modificativa: "Ficam Desmembradas e Remanejadas as verbas em relatórios e resumos ação 2498." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada rubrica orçamentária conforme Portaria Interministerial 163, não identifica o exercício do quadriênio e a meta financeira anual. 8.6 Emenda Modificativa: "Fica Alterada a sigla da SMTMU para a SMPU." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: A emenda apresentada não contribui no contexto do PL, a mesma poderá ser apresentada na LDO ou LOA. 9. Vereadora Maryanne Mattos: 9.1 Emenda Aditiva: "Inclusão do inciso XIV, no eixo 3, do art. 4º Contratação de funcionário público" Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: O Programa é uma estratégia de intervenção definida pelo executivo conforme decreto n. 22.563, que visa atingir um resultado de modo mais eficiente e eficaz para alcançar os objetivos do Governo. Além disso, existe previsão orçamentária para as despesas de pessoal e seus encargos com as devidas projeções de crescimento vegetativo para os próximos anos. 9.2 Emenda aditiva: "Programa de Amparo aos Voluntários da Defesa Civil." Conclusão: inadmissibilidade. Justificativa: Não foi apresentada rubrica orçamentária para redução nem para suplementação, conforme determina a Portaria Interministerial 163. Esta emenda poderá ser apresentada na Lei Orçamentária Anual. **Conclusão:** Por todos estes aspectos apontados anteriormente entendemos que o projeto de lei do



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 21

Plano Plurianual encaminhado pelo Executivo, em sua íntegra, atende os anseios da população Florianopolitana, apresentando instrumentos de planejamento adequados para o município nos próximos 4 anos. Assim recomendo a aprovação deste relatório no âmbito desta comissão e posterior envio a plenário para votação. Este é o nosso parecer. **Vereador Jeferson Backer**
Presidente e Relator



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2949

Florianópolis/SC, sexta-feira, 21 de maio de 2021

pg. 22

ANEXOS

FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES – FCFFC

PORTARIA 1/FCFFC/LICLEI/2021 - A FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES, por seu Superintendente, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal de Incentivo à Cultura – Lei nº 3.659/91, **RESOLVE: Art. 1º** tornar público a **CAPTAÇÃO** dos projetos culturais contemplados na Lei nº 3659/91 - Lei Municipal de Incentivo à Cultura:

MARÇO/2021				
Nº/ NOME DO PROJETO	NOME DO PROPONENTE	Nº CERTIFICADO DE INCENTIVO FISCAL	VALOR CAPTADO (R\$)	TOTAL DA CAPTAÇÃO (R\$)
142/19 – Fritz Muller em Desterro	Marcelo Vieira Nascimento	069/2021	5.000,00	5.000,00
150/19 – 11º Premio Desterro – Festival De Dança de Florianópolis	Carlos Eduardo Lourenço Andrade	075/2021	2.000,00	2.000,00
159/19 – Floripa Jazz Festival 2020	Cristina Villar De Souza	077/2021	1.400,00	1.400,00
161/19 – Tum Sound Festival – Música, Inovação E Empreendedorismo.	Telma Regina Coelho	073/2021	11.500,00	11.500,00
209/19 – Festival De Circo De Fplis – Floripa Circo	Gabriel Stapenhorst Alves Pereira	070/2021 071/2021 072/2021	22.818,56 1.878,83 1.000,00	25.697,39
230/19 – Gravação do DVD ao Vivo Será Que É de Éter	Cláudia Passos Motta Karan	068/2021	794,80	794,80
051/20 – Camerata Florianópolis DVD/CD Clássicos Populares	Associação Filarmônica Camerata Florianópolis	065/2021 066/2021 067/2021 078/2021 079/2021 080/2021	3.000,00 2.000,00 3.000,00 3.000,00 2.000,00 3.000,00	16.000,00
066/20 – Maratona Cultural 2021	Instituto Maratona Cultural	076/2021	14.589,04	14.589,04
084/20 – Tocando a História do Choro	Geraldo Vargas	064/2021	825,00	1.650,00
095/20 – Street Art Tour 2021	Arturo Valle Junior	074/2021	1.453,00	1.453,00
TOTAL DE CAPTAÇÃO DO MES DE MARÇO			TOTAL	80.084,23

ABRIL/2021				
Nº/ NOME DO PROJETO	NOME DO PROPONENTE	Nº CERTIFICADO DE INCENTIVO FISCAL	VALOR CAPTADO (R\$)	TOTAL DA CAPTAÇÃO (R\$)
150/19 – “11º Premio Desterro – Festival De Dança de Fpolis”	Carlos Eduardo Lourenço De Andrade	097/2021 098/2021	2.000,00 700,00	2.700,00
159/19 – Floripa Jazz Festival 2020	Cristina Villar De Souza	096/2021	750,00	750,00
161/19 – Tum Sound Festival - Música, Inovação E Empreendedorismo.	Telma Regina Coelho	091/2021	11.500,00	11.500,00
170/19 – ConfralIha do Blues	Elisangela Eli de Souza	083/2021 084/2021	2.900,00 1.700,00	4.600,00
209/19 – Festival De Circo De Fplis – Floripa Circo	Gabriel Stapenhorst Alves Pereira	088/2021 089/2021 090/2021	1.878,83 1.000,00 22.818,56	25.697,39
051/20 – Camerata Florianópolis DVD/CD – Clássicos Populares	Associação Filarmônica Camerata	082/2021 099/2021	1.975,00 1.975,00	3.950,00
066/20 – Maratona Cultural 2021	Instituto Maratona Cultural	095/2021	5.740,70	5.740,70
084/20 – Tocando a História do Choro	Geraldo Vargas	081/2021 100/2021	825,00 825,00	1.650,00
095/20 – Street Art Tour 2021	Arturo Valle Junior	085/2021 086/2021 087/2021	1.225,00 665,00 625,00	2.515,00
TOTAL DE CAPTAÇÃO DO MÊS DE ABRIL			TOTAL	59.103,09
TOTAL DE CAPTAÇÃO DOS MÊS DE MARÇO E ABRIL			TOTAL	139.187,32

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 20 de maio de 2021. Edmilson Carlos Pereira Junior – Secretário de Cultura, Esporte e Lazer. Fábio Murilo Botelho – Superintendente da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC.